

# POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR NO ENSINO SUPERIOR

Carlinda Leite\* e António M. Magalhães\*\*

O ensino superior tem vindo a ganhar crescente centralidade nas agendas de investigação em educação, apesar de, quando comparado com outras áreas de investigação, surgir como algo relativamente recente. Os primeiros centros de investigação foram estabelecidos nos anos 1950 nos Estados Unidos. O Center for Studies in Higher Education (CSHE) na Universidade da Califórnia (Berkeley) e o Center for the Study of Higher and Postsecondary Education (CSHPE) na Universidade do Michigan (Ann Harbor) foram ambos criados em 1957. O Institute of Higher Education, por seu turno, foi fundado em 1964 na Universidade da Geórgia.

Na Europa, o desenvolvimento da pesquisa sobre o ensino superior é ainda mais recente. Nos anos 1960, investigadores britânicos e suecos da área das ciências sociais iniciaram processos de estudo sistemático do ensino superior. Em 1964, foi fundada, em Londres, a Society for Research into Higher Education (SRHE). Diferentemente do que aconteceu nos Estados Unidos, os centros de investigação europeus não surgiram ligados a cursos sobre o ensino superior especializados em áreas como administração, liderança, mudança organizacional, apoio aos estudantes, etc. Por exemplo, a SRHE define-se a si mesma como estando centrada «no avanço da compreensão do ensino superior, especialmente através de procuras, perspectivas e conhecimento oferecidas pela investigação e estudos sistemáticos» (SRHE, 2007) (<http://www.srhe.ac.uk/about.asp>).

Uma possível justificação para este «atraso» da investigação do ensino superior na Europa pode ser o facto de, no velho continente, a educação superior ter alcançado mais tardiamente uma expansão de massas. Esta expansão, articulada com a multiplicação e diversificação da missão e papéis que, em todo o mundo, foram sendo atribuídos ao ensino superior, configurou este nível

\* CIIE – Centro de Investigação e Intervenção Educativas, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto (Porto/Portugal).

\*\* CIPES – Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior e Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto (Porto/Portugal).

educativo como uma problemática política, administrativa, financeira e educacional para a qual era necessário produzir conhecimento e propostas, nele fundadas, de processos de configuração de currículo e do seu desenvolvimento.

Portugal, nos últimos trinta e cinco anos, tem vindo a incrementar e, mais recentemente, a consolidar a sua expansão. Em 1974, ano da revolução democrática, apenas 7% da coorte de idade relevante frequentava o ensino superior; hoje, mais de 40% dos jovens portugueses estão aí matriculados. A participação neste nível de educação aumentou de uma forma clara de cerca de 84 000 estudantes, no início dos anos 1980, para mais de 350 000 na década de 1990 e para mais de 400 000 em 2003, contando em 2008 com cerca de 376 917 estudantes. Em três décadas foram dados passos decisivos para a expansão do sistema de ensino superior e, com isso, para o alargamento das oportunidades de formação da população portuguesa.

Em Portugal, depois do projecto inovador liderado por Sedas Nunes, no final dos anos 1960, nas últimas décadas foram realizados alguns trabalhos importantes centrados no ensino superior. No entanto, o estudo sistemático do ensino superior em Portugal, depois deste projecto liderado por Sedas Nunes, só recentemente teve continuidade com o desenvolvimento de grupos e de projectos de investigação, nomeadamente – para além das importantes contribuições dos trabalhos de Veiga Simão, Almeida Costa, Machado dos Santos, Sousa Santos, entre outros – com a criação de um centro especializado na investigação de políticas do ensino superior (o Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior foi oficialmente criado em 1998).

A expansão do sistema e do número de instituições, se, por um lado, veio possibilitar o acesso a um maior e mais amplo leque da população ao ensino superior, não deixou de levantar, por outro lado, para além das preocupações com a racionalidade e equilíbrio da rede de instituições do sistema e com a relevância e distribuição nacional dos cursos oferecidos, preocupações com a qualidade da educação superior providenciada.

Num contexto de ensino superior de massas, surge como extremamente relevante a atenção a conferir aos modos de organização e desenvolvimento do currículo. A presença de estudantes de grupos sociais com capitais culturais mais diversificados e muito distintos transportou para este nível de ensino situações com as quais o ensino superior não estava habituado a lidar. Por outro lado, este aumento do número de estudantes exigiu também um número mais elevado de professores, alguns dos quais passaram directamente do papel de estudante para o de professor sem, para isso, terem tido oportunidade de uma formação específica para o exercício da docência. É neste contexto que têm ocorrido pressões que reclamam a necessidade de uma atenção à dimensão pedagógico-didáctica que proporcione situações de ensino-aprendizagem adequadas às novas realidades e aos papéis que têm sido atribuídos ao ensino superior.

No contexto português, universidades e politécnicos, públicos e privados, deparam-se com a necessidade de adaptar, reflectir e aprofundar as estruturas e os processos de formação, bem como os perfis de graduados e o próprio sentido da educação superior. Esta necessidade tem de

(e de algum modo já começa a) ser servida pela investigação da «vida interna» das instituições de ensino superior, sobretudo da dimensão do «porquê», «o quê» e o «como» aí se ensina e se aprende. Um exemplo é a criação, em 2005, na Universidade do Porto, do Grupo de Investigação e Intervenção Pedagógicas da Universidade do Porto (GIIPUP), cujo objectivo consiste precisamente em «investigar acerca da dimensão pedagógica docente; aprofundar conhecimentos existentes e produzir novos conhecimentos, que, divulgados, possam intervir na formação de outros docentes da UP» (<http://www.fpce.up.pt/ciie/GIIPUP/apresentacoes.htm>).

Se até há uns anos se admitia como normal que aos professores do ensino superior bastava ter um profundo conhecimento dos conteúdos das áreas do saber a que se encontravam vinculados, hoje é reconhecida a necessidade desses conhecimentos serem ampliados ao conhecimento do sistema em que estão inseridos, do que se espera desse nível de formação e dos modos de os traduzir em situações de aprendizagem. Ou seja, é exigido um reportório de referenciais que vão para além do saber disciplinar específico, situação que, com o processo de Bolonha, foi sublinhada, fazendo sentir ainda mais fortemente a necessidade de desenvolver a investigação sobre o ensino superior.

A modificação da estrutura dos graus, a articulação destes entre si e a natureza da formação e as metas educativas visadas, necessitam efectivamente de acompanhamento, e de acompanhamento crítico dos desenvolvimentos da educação superior. Tanto mais que estes, ao assumirem uma dimensão europeia, implicam formas de regulação com claros impactes ao nível do sistema, das instituições e das próprias salas de aula, cujos efeitos necessitam ser identificados e caracterizados.

Foi esta dupla preocupação, política e pedagógica, que esteve na origem da organização deste número da revista *Educação, Sociedade & Culturas*, focado nas políticas e pedagogia do ensino superior. Por um lado, trata-se de proporcionar um espaço de reflexão sobre as questões políticas que marcam a educação superior, em geral, e o sistema de ensino superior português, em particular; por outro, lançar e aprofundar a discussão sobre os aspectos mais internos que aí ocorrem, designadamente ao nível do desenvolvimento e gestão curriculares. Para isso, dos textos apresentados para o Dossier Temático, foram seleccionados três que elegem como foco aspectos da dimensão política e três da dimensão pedagógica. Convém realçar que esta separação de dimensões é por nós, editores deste número, considerada artificial. De facto, não se pode pensar o exercício da docência separado da ideologia que o suporta, tanto ao nível individual como social. No entanto, e como atrás referimos, os três primeiros dão uma atenção privilegiada a aspectos que podemos referenciar a políticas do ensino superior e os três últimos a situações que se prendem com os modos de trabalho pedagógico neste nível de ensino.

Esperamos que estes textos constituam um apoio, quer à agenda do debate sobre o ensino superior, quer às releituras das experiências profissionais dos professores.